



Anais da Assembléia

D.A. 133

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE AGOSTO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

| | |
|---------------|----------------------------------|
| Governo | Deputado VALDIR ROSSONI |
| PDT | Deputado WALMOR TRENTINI |
| PTB | Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI |
| PMDB | Deputado ORLANDO PESSUTI |
| PFL | Deputado ELIO RUSCH |
| PSDB | Deputado CESAR SILVESTRI |
| PT | Deputado PERICLES H. MELLO |
| PPB | Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI |

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albenor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spediz; PFL - 08: Basílio Zanusso - Elío Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 08: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartão - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Pericles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 81ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 1997**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Tetchy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Doutor Rosinha (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 044/97

Curitiba, 22.08.97

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a Política Estadual dos Direitos do Idoso e cria o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso.

A proposição ora formulada consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que objetiva, no âmbito do Estado do Paraná, assegurar os direitos da pessoa maior de 60 anos de idade, buscando criar condições para sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

O Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e controlador da Política de Defesa dos Direitos do Idoso, terá a seu encargo funções de excepcional relevância nas mais diversas áreas, sendo o mesmo composto por expressivo número de representantes de entidades não governamentais, assim como de órgãos públicos atuantes na prestação de assistência social pelo Estado.

Vale esclarecer que a matéria, oriunda da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, foi analisada pelas Secretarias de Estado da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral e apresenta plenas condições de merecer acolhimento pois, na sua consecução, cumprir-se-ão diretrizes da legislação federal vigente, na forma que estabelece a Lei Federal nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, regulamentada pelo Decreto Federal nº 1.948, de 03 de julho de 1996.

Certo de que a medida proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

CAPÍTULO I

Da Política Estadual

Art. 1º - A Política Estadual dos Direitos do Idoso, no âmbito do Estado

do Paraná, tem por objetivo assegurar os direitos da pessoa maior de 60 (sessenta) anos de idade, criando condições para sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

1º - Na consecução desta política, cumprir-se-ão as diretrizes da legislação federal vigente e à pertinente à Política Nacional do Idoso, como estabelece a Lei Federal nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, regulamentada pelo Decreto Federal nº 1.948, de 03 de julho de 1996.

2º - A idade estabelecida no "caput" deste artigo, poderá, em casos excepcionais, ser reduzida, quando a idade biológica estiver comprovadamente dissociada da idade cronológica, considerando fatores ambientais que acelerem o processo de envelhecimento.

CAPÍTULO II

Dos Princípios e Diretrizes

Art. 2º - Na execução da política estadual do idoso, observar-se-ão os seguintes princípios:

- I. o dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar ao idoso os direitos da cidadania, garantindo a sua plena convivência familiar e participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- II. a divulgação dos conhecimentos quanto ao processo natural de envelhecimento, através dos meios de comunicação;
- III. o tratamento ao idoso sem discriminação de qualquer natureza;
- IV. o direcionamento ao idoso como o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
- V. o fortalecimento e a valorização dos vínculos familiares, de modo a evitar o abandono da pessoa idosa à ação pública ou internações inadequadas e/ou desnecessárias em estabelecimentos asilares;
- VI. a formulação, a coordenação, a supervisão e a avaliação dos serviços ofertados, dos planos, programas e projetos no âmbito estadual, regional e municipal;
- VII. a criação de sistemas de informações sobre a política e os recursos existentes na comunidade, bem como seus respectivos desempenhos;

VIII. o estímulo aos estudos e às pesquisas relacionadas às condições reais e às melhorias da qualidade de vida das pessoas em processo de envelhecimento;

IX. a descentralização político-administrativa, mediante o estímulo, a criação e o funcionamento de conselhos municipais para o atendimento ao idoso.

Art. 3º - A implantação da política estadual do idoso é competência dos órgãos públicos e da sociedade civil organizada, cabendo:

I - Na área da Promoção e Assistência Social:

- a) a prestação dos serviços e o desenvolvimento de ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e entidades governamentais e não governamentais;
- b) o estímulo à criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência da família, grupos de convivência, centros-dia, casas lares, condomínios da 3ª idade, oficinas ocupacionais, atendimentos domiciliares e outros;
- c) a promoção de simpósios, de seminários e de encontros específicos;
- d) o planejamento, a coordenação, a supervisão e o financiamento de estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso;
- e) a priorização e a garantia da eficácia do atendimento nos benefícios previdenciários e sociais;
- f) o desenvolvimento de outras ações que se fizerem necessárias na área.

II - Na Área da Saúde:

- a) a garantia ao idoso da assistência à saúde nos diversos níveis de atenção do Sistema Único de Saúde - SUS;
- b) a prevenção, a promoção, a proteção e a recuperação da saúde do idoso, mediante ações específicas;
- c) a adoção e a aplicação de normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares com fiscalização pelos gestores do SUS;
- d) a elaboração de normas de serviços geriátricos;
- e) o desenvolvimento de formas de cooperação entre entidades internaci-

onais, Ministérios da Saúde, Secretarias da Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e entre Centros de Referência em Geriatria e Gerontologia para treinamento de equipes interprofissionais;

- f) o oferecimento, em parceria com sociedades científicas e órgãos de formação, de meios de capacitação de recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia;
- g) a realização de estudos para detectar o caráter epidemiológico de determinados agravos à saúde do idoso, com vistas à prevenção, tratamento e reabilitação;
- h) a adequação dos serviços de saúde do Estado para o atendimento e tratamento do idoso;
- i) a difusão à população, de informações sobre o processo de envelhecimento;
- j) a capacitação de agentes comunitários para o atendimento ao idoso;
- k) outras atividades que se fizerem necessárias na área.

III - Na área da Educação:

- a) a adequação dos currículos, das metodologias e dos materiais didáticos aos programas educacionais destinados aos idosos;
- b) a inserção nos currículos mínimos nos diversos níveis de ensino formal, conteúdos voltados ao processo de envelhecimento de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- c) o desenvolvimento de programas educativos e em especial a utilização dos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- d) o desenvolvimento de programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso;
- e) outras atividades que se fizerem necessárias na área.

IV - Na área do Trabalho:

- a) a garantia de mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto à sua participação no mercado de trabalho, nos setores público e privado;
- b) a criação e o estímulo à manutenção de programas de preparo para a aposentadoria nos setores público e privado com antecedência mínima de dois anos do afastamento, para que

tenham realmente acesso aos seus direitos sociais e previdenciários;

- c) a criação de mecanismos que favoreçam a geração de emprego e renda, destinados à população idosa;
- d) outras atividades que se fizerem necessárias na área.

V - Na área da Habitação e Urbanismo

- a) a destinação, nos programas habitacionais, de unidades em regime de comodato ou de locação subsidiada ao idoso, submetido previamente a uma avaliação técnica pelos órgãos envolvidos, na modalidade de casas, lares e condomínios da 3ª Idade;
- b) a garantia, nos programas habitacionais, da inclusão do desenho universal, proporcionando a acessibilidade e vida independente ao idoso;
- c) o direcionamento aos projetos arquitetônicos e urbanos de modo a atender às normas de acessibilidade ao meio físico, voltados às necessidades do idoso;
- d) a exigência aos municípios de adoção das normas das alíneas "a", "b" e "c", deste inciso, à habitação e urbanismo;
- e) outras atividades que se fizerem necessárias na área.

VI - Na área da Justiça:

- a) a promoção, a defesa e a garantia ao idoso do pleno exercício de seus direitos;
- b) a informação à pessoa idosa a respeito da legislação pertinente à área da Justiça;
- c) a prestação dos serviços de advocacia gratuita ao idoso carente de recursos econômicos, com prioridade e eficiência, objetivando a proteção de seus direitos e acesso à Justiça;
- d) a eliminação, através dos mecanismos legais, de toda e qualquer prática de discriminação ao idoso;
- e) o estímulo à criação de sociedades civis na defesa dos direitos e da cidadania do idoso;
- f) o dever e todo o cidadão em denunciar às autoridades competentes qualquer procedimento de negligência ou de desrespeito aos direitos do idoso;
- g) outras atividades que se fizerem necessárias na área.

VII - Na área da Cultura, Esporte e Lazer:

- a) a garantia ao idoso na participação do processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;
- b) a garantia de acesso ao idoso aos locais e eventos culturais mediante programação especial, em âmbito estadual;
- c) a promoção de atividades culturais aos grupos de idosos;
- d) a valorização do registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural;
- e) o incentivo à criação de programas de lazer, esporte, turismo e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade;
- f) outras atividades que se fizerem necessárias na área.

VIII - Na área da Segurança Pública

- a) a inclusão, nos currículos dos cursos das Academias de Polícia Civil e Militar, de conteúdos voltados aos direitos e necessidades do idoso;
- b) a capacitação e a orientação aos agentes da Secretaria de Estado responsável pela segurança pública para um atendimento adequado ao idoso;
- c) outras atividades que se fizerem necessárias a área.

IX - Na área da Ciência e Tecnologia

- a) o estímulo à criação e a manutenção das Universidades Abertas da 3ª Idade;
- b) o estímulo e o apoio à realização de pesquisa e estudos na área do idoso;
- c) o incentivo à criação de cursos de especialização nas áreas de geriatria e gerontologia;
- d) a sugestão para a inclusão da Gerontologia como disciplina curricular nos cursos superiores;
- e) outras atividades que se fizerem necessárias na área.

CAPÍTULO III

Do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso - CEDI

Art. 4º - Fica criado o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso - CEDI, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e controlador da política de defesa dos direitos do idoso, vinculado à Secretaria de Estado responsável pela execução da política estadual de defesa dos direitos do idoso.

Art. 5º - São funções do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso:

- I. a formulação da política de promoção, de proteção e de defesa dos direitos do idoso, observada a legislação em vigor, atuando no sentido da plena inserção na vida sócio-econômica e político-cultural do Estado do Paraná, objetivando, ainda, a eliminação de preconceitos;
- II. o estabelecimento de prioridades de atuação e de definição da aplicação dos recursos públicos estaduais destinados às políticas sociais básicas de atenção ao idoso;
- III. o acompanhamento da elaboração e da avaliação da proposta orçamentária do Estado, indicando aos Conselhos de Políticas Setoriais ou, no caso de inexistência destes, ao Secretário de Estado competente, as modificações necessárias à consecução da política formulada, bem como a análise da aplicação de recursos relativos à competência deste Conselho;
- IV. o acompanhamento da concessão de auxílios e subvenções a entidades particulares filantrópicas e sem fins lucrativos, atuantes no atendimento ao idoso;
- V. a avocação, quando entender necessário, do controle sobre a execução da política estadual de todas as áreas afetas ao idoso;
- VI. a proposição aos poderes constituídos de modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso;
- VII. o oferecimento de subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses dos idosos;
- VIII. o incentivo e o apoio à realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, da proteção e da defesa dos direitos do idoso;
- IX. a promoção de intercâmbio com entidades públicas, particulares, organismos nacionais, internacionais

- e estrangeiros, visando atender a seus objetivos;
- X. o pronunciamento, a emissão de pareceres e a prestação de informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, à proteção e à defesa dos direitos do idoso;
- XI. a aprovação, de acordo com critérios estabelecidos em seu regimento interno, do cadastramento de entidades de defesa ou de atendimento ao idoso que pretendam integrar o Conselho;
- XII. o recebimento de petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoas por desrespeito aos direitos assegurados aos idosos, adotando as medidas cabíveis;
- XIII. o incentivo à criação e ao funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso.

Art. 6º - O Conselho Estadual dos Direitos do Idoso compõe-se dos seguintes membros:

- I. 12 (doze) representantes de organizações não governamentais de âmbito estadual, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento ao idoso, legalmente constituídas e em funcionamento há mais de 02 (dois) anos;
- II. 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania;
- III. 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação;
- IV. 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde;
- V. 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- VI. 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família;
- VII. 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo;
- VIII. 01 (um) representante do Secretário Especial da Política Habitacional;
- IX. 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- X. 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho;
- XI. 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento;

XII. 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Cultura;

XIII. 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico.

1º - Poderão participar das reuniões do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso - CEDI, com função consultiva e fiscalizadora, o Ministério Público do Estado, a Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Paraná, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, o Poder Judiciário e a Assembléia Legislativa do Estado.

2º - A escolha das organizações não governamentais será realizada mediante eleição entre as mesmas, em reunião específica, a ser marcada, para a primeira gestão, pela Secretaria de Estado responsável pela execução da política de defesa dos direitos do idoso.

3º - Caberá aos órgãos públicos e às organizações não governamentais a indicação de seus membros efetivos e suplentes, para a devida nomeação pelo Governador do Estado, no prazo a ser estabelecido pela Secretaria de Estado responsável pela execução da política de atendimento ao idoso.

4º - O não atendimento ao disposto no # 3º deste artigo, quando tratar-se de organização não governamental, implicará na substituição da organização infratora por sua suplente mais votada na ordem de sucessão.

5º - Os membros das organizações não governamentais e seus respectivos suplentes serão nomeados para mandato de 02 (dois) anos, período em que não poderão ser destituídos, salvo por razões que motivem a deliberação da maioria qualificada do Colegiado.

6º - Os membros representantes das organizações não governamentais poderão ser reconduzidos para um novo mandato, atendidas as condições que forem estipuladas pelo Regimento Interno do Conselho.

7º - Os membros representantes dos órgãos públicos, de livre escolha do Chefe do Poder Executivo Estadual, poderão ser reconduzidos para mandato sucessivo, desde que não exceda a quatro anos seguidos.

8º - As funções de membro do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso não serão remunerados, sendo o seu exercício considerado relevantes ser-

viços prestados ao Estado, com caráter prioritário e, em consequência, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades do Conselho.

9º - O Conselho Estadual dos Direitos do Idoso reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, por convocação de seu presidente ou da maioria absoluta de seus membros.

10 - O Conselho Estadual dos Direitos do Idoso contará com um Secretário Executivo, a ser indicado por seu presidente e aprovado pela maioria simples do Colegiado.

Art. 7º - A Secretaria de Estado responsável pela execução da política de defesa dos direitos do idoso prestará o necessário apoio técnico e administrativo para a consecução das finalidades do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso.

Art. 8º - A organização e o funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso serão disciplinados em Regimento Interno, a ser aprovado por ato próprio do referido Conselho, no prazo de 30 (trinta) dias, após a posse de seus membros.

Art. 9º - O Presidente, o vice-Presidente e o Secretário Executivo do Conselho serão eleitos, na primeira reunião, pela maioria qualificada dos membros integrantes do Conselho.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais

Art. 10 - Caberá ao Ministério Público do Estado do Paraná a adoção de medidas administrativas e judiciais necessárias à garantia dos direitos do idoso.

Art. 11 - Considerar-se-á instalado o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, em sua primeira gestão, com a publicação dos nomes de seus integrantes no órgão de imprensa oficial do Estado e respectiva posse dos mesmos.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 046/97

Curitiba, 22.08.97.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o art. 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação das Crianças e Adolescentes de Paranaguá, parte do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito à Rua Benjamin Constant, nº 343, no Município de Paranaguá, com área de 296,36 m², registrado em comum na Transcrição nº 7.605, do Livro 3-H, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

A medida legal ora proposta consulta plenamente aos interesses superiores da Administração e da Coletividade, eis que o mencionado bem será utilizado pela citada Entidade filantrópica, cuja finalidade é o atendimento à criança e adolescentes marginalizados, sem família, mediante educação e assistência social.

Vale salientar que a Associação das Crianças e Adolescentes de Paranaguá, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro na Cidade de Paranaguá, foi declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 10.319, de 07 de junho de 1993.

Ainda, é oportuno informar que a Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família e a Secretaria de Estado do Governo, manifestaram-se favoravelmente ao pedido.

Cabe, por último, frisar que o anteprojeto de lei em epígrafe contém disposições no sentido de que o imóvel será utilizado exclusivamente para as finalidades previstas, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão, cuja duração está prevista até 31 de dezembro de 1998, podendo ser prorrogada por mais 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes. Ficará, ainda, a cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Certo de que a medida proposta merecerá o indispensável apoio e conseqüente aprovação, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação das Crianças e Adolescentes de Paranaguá, parte do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito à Rua Benjamin Constant, nº 343, Município de Paranaguá, com área de 296,36 m², registrado em comum na Transcrição nº 7.605, do Livro 3-H, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei será cedido à Associação das Crianças e Adolescentes de Paranaguá, para ali manter instalada e em funcionamento a sede da Associação, podendo o mesmo ser retomado a qualquer tempo pelo Estado do Paraná, tendo esta cessão duração até 31 de dezembro de 1998, cabendo prorrogação por mais 4 (quatro) anos, mediante o consenso entre as partes, não permitindo a utilização do referido imóvel para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão, ficando, ainda, a entidade cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/165, 166 e 167/97, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

297/97: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de

R\$ 6.891.315,00, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.815. Anote-se. Arquive-se.

569/96: De autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais da Escola Passos Firmes, com sede e foro no Município de Matelândia, o qual convertido em lei tomou o nº 11.816. Anote-se. Arquive-se.

155/97: De autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Figueira, o qual convertido em lei tomou o nº 11.817. Anote-se. Arquive-se.

Sob o nº 7.067/97, do Senhor FERNANDO ALBERTO FREIRE, Gerente de Convênios da Fundação Nacional de Saúde, comunicando convênio firmado entre a Fundação Nacional de Saúde e o Instituto de Saúde do Paraná. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 1.893/97, da Senhora MARIA ELIZABETH SANTIAGO CONTREIRAS, Secretária Adjunta da Secretaria de Políticas de Empregos e Salários, comunicando convênio celebrado entre o Ministério do Trabalho, por intermédio da Secretaria de Políticas de Emprego e Salário e o Estado do Paraná, sendo intervenientes o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e a Delegacia Regional do Trabalho, objetivando alterar o Convênio/Mtb/SPES/CODEFAT/nº 006/96 - SINE-PR. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1979

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 27.08.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1981

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante Município de Cruzeiro do Oeste, pela passagem de seu aniversário, a ser comemorado no próximo dia 26 de agosto.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Mazzei, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua J. E. Resende, 686); ao Vereador Augusto Rodrigues Duarte, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste (Av. Brasil, s/n) CEP 87400-000.

Sala das Sessões, em 27.08.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1983

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cascavel, alusivos à realização da Semana Nacional do Excepcional, nos dias 24 a 30 de agosto corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência à Presidente daquela Associação, Senhora Maria Cecília Meneghel, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Manaus, 3.990, CEP 85817-130, Município de Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 27.08.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1984

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Pedro do Ivaí, alusivos à realização das VI MINI OLIMPIADAS REGIONAL DOS EXCEPCIONAIS, no dia 27 de agosto corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência à Presidente daquela Associação, Senhor Nilson Boldrim, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Maria Ozório, 626, CEP 86945-000, Município de São Pedro do Ivaí - Paraná.

Sala das Sessões, em 27.08.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1980

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação, nos Anais desta Casa, de voto de louvor ao Patrulheiro Rodoviário Federal Enio Rossi, pelos relevantes serviços prestados à comunidade, especialmente no exercício da função de Chefe da Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Foz do Iguaçu, e que ao mesmo seja encaminhada cópia desta proposição, para seu conhecimento.

Sala das Sessões, em 27.08.97.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Formulamos essa homenagem ao Patrulheiro Enio Rossi, no momento em que se aposenta na digna função de Chefe da Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Foz do Iguaçu, a qual exerceu com extrema competência e dedicação, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade do policiamento da região.

Enio Rossi pertenceu à corporação da Polícia Rodoviária Federal por 20 anos, período em que se empenhou com afinco oferecendo o melhor de si para atender a população no âmbito de suas atribuições funcionais.

Foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, oportunidade em que também buscou através de mandato eletivo levar benefício àquele povo.

Pelo exposto, nada mais justo do que deixarmos registrado, nos Anais desta Casa, o nosso reconhecimento por seu trabalho em favor da nossa gente.

REQUERIMENTO Nº 1978

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais, vem, respeitosamente, REQUERER o envio de expediente ao Presidente da Câmara dos Deputados, bem como ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e ao Relator do projeto que trata da regulamentação dos Planos de Saúde do País, para que levem em consideração o interesse da proteção dos consumidores na votação da lei que regulamenta os Planos de Saúde, pedin-

do especial cuidado que o projeto não venha colidir com os normas da Lei nº 8.078/90 que institui o Código de Defesa do Consumidor.

Sala das Sessões, em 27.08.97.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Hoje a população vive um dilema na área da saúde, pois não encontra o devido atendimento nem na rede pública nem na rede privada.

Tal situação acaba gerando um quadro de insatisfação que resulta numa grande revolta popular contra os políticos em geral, aos quais é endereçada a acusação de não darem a atenção devida aos interesses do povo, cuidando apenas dos interesses de determinados grupos organizados.

No caso dos Planos de Saúde é fundamental levar em consideração as propostas dos representantes da comunidade, em especial dos órgãos de defesa do consumidor.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 408/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a GAMAG - Grandes Amigos do Meio Ambiente de Guaraniaçu, com sede e foro no Município de Guaraniaçu - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.97.

(a) NEIVO BERALDIN

PROJETO DE LEI Nº 409/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o SINDARSPEN - Sindicato dos Agentes do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, com sede e foro na Cidade de Curitiba - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.97.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

O SINDARSPEN - Sindicato dos Agentes do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, é pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CGC/MF sob o nº 81.804.558/0001-84, sediada na Rua Cândido Lopes, 205, 2º andar, conj. 66 C - Centro, nesta Capital.

Fundada em 30 de maio de 1991, este Sindicato originou-se da APRASPAS - Associação Profissional dos Agentes de Reclusão do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, fundada em 02.08.90, com objetivo de congregar os Agentes Penitenciários e seus familiares. Esta entidade sindical tem entre seus amplos objetivos a defesa dos direitos da categoria perante o poder público nas relações de trabalho.

Entretanto, as funções assistenciais e filantrópicas não são esquecidas. Dentre estas destacamos a coleta de alimentos para familiares de funcionários mortos em rebeliões e a efetivação de convênios com lojas comerciais para facilitar a aquisição de alimentos.

Sua diretoria não é remunerada nem recebe qualquer tipo de bonificação.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -
Finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passa-se ao Horário das Lideranças.

PT. PTB. PPB.

(Declina).

PMDB. Com a palavra, o Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Os jornais estão vindo com um assunto que pretendo falar, mas já vou discorrer sobre ele, que é da maior importância para esta Casa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não poderia deixar de registrar, Deputado César Seleme e Deputado Alborghetti, um momento de extrema preocupação, as declarações do Presidente do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, o Senhor Neco Garcia, que com a sua costumeira sinceridade, declara hoje que o Banco do Estado do Paraná precisa de um bilhão e meio de

reais, por causa da sua situação financeira extremamente difícil.

Aliás, o Presidente do Banco do Estado, Deputado Valdir Rossoni, diz que não está pior a situação do nosso Banco, graças àquela venda das ações da COPEL, que foi feita em Nova Iorque, e o dinheiro serve de lastro hoje para o Banco do Estado do Paraná tampar o furo do seu caixa. E, antes que Vossa Excelência me conteste, Deputado Valdir Rossoni, essas são declarações do Senhor Neco Garcia.

Ele diz aqui o seguinte - diz aqui o Senhor Neco Garcia - que a única solução é o Banco ser privatizado. Nessa equação meio esquisita que está sendo montada, você pode vender o Banco - quero eu crer, é melhor vendê-lo por inteiro e não fazer uma situação meio complexa - embora eu seja totalmente contrário à privatização do Banco do Estado. O Banco do Estado do Paraná é um patrimônio do povo paranaense, e tenho que me preocupar muito - como Vossa Excelência, que é Líder do Governo nesta Casa - porque ele diz aqui que o Presidente do Banco do Estado - BANESTADO, ficou numa situação mais tranqüila desde o leilão das ações da COPEL em Nova Iorque, deixando de ser tomador de dinheiro no mercado financeiro. A COPEL aplicou o dinheiro obtido com a venda das ações no BANESTADO, o que permite ao Banco deixar de pagar os juros do mercado financeiro - o que também é preocupante - ou seja, eventualmente este dinheiro que a COPEL está aplicando no Banco do Estado, pode estar sendo subremunerado para viabilizar o caixa do nosso Banco do Estado.

Mas, o que me parece extremamente preocupante, é que o Presidente do Banco, através dos jornais, está aqui o jornal "A Folha de Londrina", que agora é "Folha do Paraná", na página de economia, dizendo: "BANESTADO precisa de 1 bilhão para ser saneado", afirma Neco. E ele discorre aqui sobre os problemas graves que o Banco está tendo, inclusive da auditoria feita pelo Banco Central, e dizendo que está esperando ansiosamente que o Banco Central conclua, Deputado Horácio Rodrigues, os estudos que estão sendo feitos, para poder, na verdade, solucionar o problema do Banco.

Então, na verdade, se somarmos a declaração do Presidente Neco Garcia,

com o Balanço da famosa BANESTADO Leasing, que foi publicado no último sábado dia 23 de agosto, vamos verificar o seguinte, Deputado José Tavares: que só no primeiro semestre deste ano, o Banco do Estado do Paraná teve um prejuízo de 24 milhões e 346 mil, depois inclusive de ter feito o desconto do Imposto de Renda. O prejuízo total é de 55 milhões e 146 mil. E pasmem os senhores: isso aqui está no Balanço oficial da BANESTADO Leasing! Está provisionado, Deputado José Maria, provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. O Banco Central exigiu que se provisionasse 210 milhões e 850 mil. Está aqui no Balanço da BANESTADO Leasing.

Então, quero crer o seguinte, que esta Casa aqui não pode, sob risco de sermos coniventes com a situação do nosso Banco do Estado, ficarmos aqui absolutamente omissos e passivos em relação a esta situação. Quero, inclusive, destacar aqui a posição do nosso Presidente, o Deputado Anibal Khury, que há muito tempo vem - da tribuna já fez isso - alertando aos Senhores Parlamentares da situação difícil por que passa o nosso Banco do Estado do Paraná, e nós, que tivemos a responsabilidade de denunciar aqui os desvios, os desmandos, a desorganização, a falta de realização nos cumprimentos dos deveres, de antigos dirigentes, daquele famoso Presidente, o Murtha Ramalho, que era reconhecidamente um incompetente para gerenciar o Banco. Vejo agora que o atual Presidente do Banco, pelo menos tem uma característica: ele está falando a verdade, está colocando os números para a opinião pública. Embora eu tenha, Deputado Pessuti, uma grande preocupação com essas entrevistas do Presidente do Banco do Estado, porque no momento em que a credibilidade é a maior arma que uma instituição financeira por ter - e temos aqui no Paraná um exemplo, um exemplo clássico da desestabilização, de como ela funciona e de como ela corrói uma instituição sadia, que foi a ocorrida com o BAMERINDUS, que acabou sendo entregue de graça para um Banco inglês, que está aí hoje, deitando e rolando e fazendo, na verdade, o que quer do BAMERINDUS, que era patrimônio do povo paranaense...

O Sr. Toti Colaço - Concede-me a palavra, Sua Excelência?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Apenas para colaborar com Vossa Excelência. Fica difícil de entender porque a televisão, principalmente neste último mês, fez uma propaganda exaustiva do Banco, com artistas de fora. Acho importante, claro, fazer uma propaganda do Banco da forma que está sendo feita. Por outro lado, vem o Presidente do Banco e coloca esta situação em termos de Estado do Paraná!

Realmente, cumprimento Vossa Excelência, porque é preocupante: por um lado, a propaganda de uma determinada tranquilidade e segurança absolutas, e por outro lado, o próprio Presidente do Banco apontando as dificuldades por que passa a nossa instituição financeira.

O Sr. Valdir Rossoni - Me permite só um aparte?

(Assentimento).

Gostaria de lembrar do posicionamento do Governador Jaime Lerner quando assumiu o Governo do Paraná, quanto à questão BANESTADO. O Governador Jaime Lerner - e Vossa Excelência tem conhecimento profundo dessa questão muito mais do que eu - no momento em que assumiu o Governo do Paraná, veio a público e disse que a saúde financeira do Banco do Estado era boa - e Vossa Excelência sabe muito bem porque o Governador tomou aquela posição - e acho que em todos os momentos em que estivemos nos referindo à instituição BANESTADO, temos que ser responsáveis, para que não aconteça o que aconteceu com a questão BAMERINDUS, porque sabemos - e pelo menos os órgãos de imprensa nacional divulgaram por muitas vezes - que o que desestabilizou o BAMERINDUS foram interesses escusos - de notícias que vieram a desestabilizá-lo.

Por isso, Vossa Excelência, que é um Deputado responsável, inteligente, competente, conhecedor da história do BANESTADO nos últimos 6, 7 anos, gostaria de lembrá-lo aqui, neste momento, do posicionamento que o Governador Jaime Lerner teve quando assumiu o Governo do Paraná, e Vossa Excelência sabe que foi uma atitude que o

Governador tomou com extrema responsabilidade, sempre com o objetivo de preservar o Banco de todos os paranaenses.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Apenas para concluir o raciocínio.

O que quero crer, e de fato acho que o Deputado Rossoni tem razão, é muito preocupante quando o Presidente do Banco do Estado do Paraná vai aos jornais e alardeia que o Banco fez maus negócios e que não vai receber esse dinheiro e que tem um furo de um e meio bilhões. Creio eu que esta Casa não pode ser omissa e tem que, imediatamente, convocar - ou convidar, seja o que for - o Presidente do Banco do Estado do Paraná, para que aqui venha e preste todas as informações para que, se alguma coisa possa e deva ser feita por esta Casa, nós façamos, enquanto for tempo.

O Sr. Orlando Passuti - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Romanelli, Vossa Excelência tem razão ao se manifestar da maneira como está se manifestando, porque afinal de contas, existe sim este compromisso das autoridades ligadas ao setor financeiro do Estado do Paraná - e porque não dizer - do próprio Governo, de que a Assembléia Legislativa do Paraná seria informada de todos os passos relativos àquelas denúncias que aconteceram em cima do Banco do Estado do Paraná, seja em cima da Corretora - que se denunciou que a mesma havia adquirido ao redor de 300 milhões de títulos podres de Governos que não iriam honrar o seu compromisso quando do resgate desses títulos - e também quando debatíamos aqui, numa sessão secreta, os rumos que adotou a BANESTADO Leasing, ou melhor que adotaram algumas pessoas dentro da BANESTADO Leasing - porque não foi a BANESTADO Leasing como um todo, mas sim algumas pessoas - e que levaram o Paraná a emitir 300 milhões de debêntures, pagando taxas exorbitantes e, pior ainda do que pagar as taxas exorbitantes, emprestando esse dinheiro a firmas que já, na época, denunciávamos como sendo firmas fantasmas e que agora a própria auditoria do BANESTADO chegou a essa conclusão.

E quando de todas essas conversações, quando das tentativas que fizemos - diversos Deputados desta Casa - de aprovar Pedidos de Informações e instalar uma CPI, sempre a justificativa era de que não se podia instalar uma CPI porque isso poderia desestabilizar o Banco. Não se poderia aprovar Pedidos de Informações, porque isso seria desestabilizar o Banco, mas que em contrapartida, o Governo assumiria o compromisso, as autoridades do setor financeiro assumiriam o compromisso e prestar todas as informações, de manter a Assembléia Legislativa devidamente informada.

Infelizmente isso não está acontecendo. Nós, até hoje, não tomamos conhecimento do relatório desta auditoria que foi feita, e é um compromisso que foi apresentado e foi aqui firmado pelos dirigentes do BANESTADO, de que tão logo concluísse a auditoria, seria dado conhecimento dela aos Senhores Parlamentares. E nós, que estamos com essa preocupação com relação ao BANESTADO, temos também - e é bom que se registre aqui e agora - a nossa preocupação com outra instituição que trabalha, vamos dizer, a questão de fomento e a questão financeira do Estado do Paraná, que é o BRDE.

Sabemos que a exemplo dessa intenção que tem o Governo do Paraná de privatizar o BANESTADO, tem também o Governo do Estado - se não todo o conjunto do Governo, mas setores importantes do Governo - tem se manifestado seguidamente, através da imprensa, no sentido de que o BRDE deva desaparecer, que o BRDE não se justifica e que em seu lugar funcione apenas e tão somente a Agência de Fomento do Paraná. Repito mais uma vez, que não concordamos com essa tese. Entendemos que o BRDE deva permanecer, que o BANESTADO deva permanecer.

E quero, neste momento, registrar e cumprimentar as entidades representativas do setor produtivo do Paraná, pela reunião que tiveram recentemente com o Governador Jaime Lerner, pelo documento que entregaram ao Governador, pedindo a permanência do BRDE, pedindo o fortalecimento do BRDE. Esse documento firmado por várias entidades, foi entregue ao Governador, pedindo que ele mesmo assumia, de uma vez por todas, a bandeira da permanência do BRDE em nosso Estado, fi-

nanciando a nossa economia, financiando o desenvolvimento do nosso Estado.

E hoje, em cima do seu pronunciamento, fazemos aqui um apelo ao Governador do Estado: que empunhe a bandeira do Banco do Estado do Paraná, como fizeram todos os outros Governantes! Que este Banco permaneça como um Banco estatal e que permaneça fortalecido, porque sempre foi um Banco forte, sempre foi um Banco de todos nós, paranaenses! E não podemos assistir calados essa tentativa - inicialmente sorrateira - agora não, agora pública, porque já sabemos disso, de privatizar o BANESTADO.

Não à privatização do BANESTADO!
Não ao fechamento do BRDE!

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Agradeço a compreensão desta Presidência, e fica aqui o meu registro e o pedido que vou encaminhar, de convocação do Presidente do Banco do Estado do Paraná e do Secretário das Finanças, para virem a esta Casa e explicarem esta situação difícil, e qual a equação que o Governo tem para resolver esse problema grave de caixa que o nosso Banco do Estado tem.

Espero o acolhimento e o apoio.

Queria registrar, na Tribuna de Honra desta Casa, a presença do líder ruralista, que foi integrante da Bancada do PMDB, nosso companheiro Eduardo Baggio, que hoje nos visita.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Esta Presidência quer também dar os votos de boas vindas ao nosso ex-colega Deputado Estadual Eduardo Baggio, que hoje nos visita, e com muita honra esta Casa o recebe de braços abertos.

Concedo a palavra ao PDT. Deputado Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA - Senhor Presidente, Senhores integrantes da Mesa, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.

Venho a tribuna nesta tarde, chamar a atenção para um aspecto que me preocupa profundamente. Tenho chamado a atenção dos nossos companheiros, a respeito desta publicidade que se faz da reforma da Constituição, que

muitas vezes diz ao povo que a Constituição precisa ser reformada, mas não detalha no que consistirá essa reforma. Quais serão os pontos desta reforma? E vem aí que tudo que acontece de ruim é culpa de uma reforma que não veio. Tudo que apontamos como de necessidade do povo, é a consequência de uma reforma que não foi feita. Acontece que, na maioria das vezes, os pontos reformados vêm exatamente para contrariar os elevados interesses da população, muitas vezes jogando por terra elementos que representam uma conquista após grandes lutas dos partidos políticos e dos movimentos populares de um modo geral.

Agora mesmo, estamos vendo a Câmara dos Deputados votando uma lei que regulamenta os planos de saúde privados. Ora, todos nós sabemos que a população vive hoje num dilema, porque de um lado temos o sistema público de saúde, que deixa praticamente no abandono a população pobre. Mas vemos de outro lado, os planos de saúde privados, que não resolvem o problema da população.

Posso falar com toda certeza - e digo isso com conhecimento de causa - que o maior número das reclamações que existem nas Promotorias, nos PROCON's, nos Órgãos de Defesa do Consumidor de um modo geral, são provenientes dos planos de saúde.

Pensávamos, portanto, que essa nova lei viria resolver a questão, e para nossa surpresa, vimos a notícia de que a nova lei atende apenas e tão somente aos interesses das empresas, não levando em consideração os interesses dos consumidores, e o que é pior, em alguns casos ela colide e pretende revogar dispositivos do Código de Defesa do Consumidor. Digo "pretende reformar", porque é evidente que pela natureza do Código de Defesa do Consumidor, que foi instituída através da Lei nº 8.078, de 1990, que é uma lei de ordem pública, todas as leis que com ela colidirem, não surtirão efeito, mas não deixa de ser uma decepção para nós, ver o produto de uma conquista consequente de tantas lutas, vir a ser afrontado por uma lei que diz que virá para beneficiar a população.

E é por isso que estou apresentando hoje um Requerimento, para o qual peço o apoio dos eminentes cole-

gas Parlamentares, no sentido de que esta Casa envie ao Excelentíssimo Senhor Doutor Michel Themer, Presidente da Câmara dos Deputados, e também ao Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, o Requerimento solicitando que, na elaboração do projeto de lei que regulamenta os planos de saúde, que levem em consideração os legítimos interesses dos consumidores, e que sejam providos de especial atenção, no sentido de não editar normas que venham a colidir com a Lei nº 8.078, que estabeleceu o Código de Defesa do Consumidor. Especialmente que não mantenham aqueles elementos relacionados à carência e relacionados também à possibilidade de revogação dos contratos.

Para finalizar, quero chamar a atenção que um dos problemas que assusta a população e que muitas vezes motivaram a nossa intervenção, é quando um cidadão, às vezes, vai pagando um plano de saúde por um determinado período, paga por 12 meses, paga por 24 meses, aí ele sofre um enfarte, é acometido de um câncer, e aí o plano, a empresa de previdência privada, chega argumentando que o contrato pode ser rescindido pela vontade das partes. Ela rescinde o contrato e deixa de atender o cliente. Então, precisamos evitar que essas normas aconteçam.

O Sr. Toti Colaço - Permite um aparte, Deputado?

O SR. JOEL COIMBRA - Com satisfação.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Joel Coimbra, cumprimento Vossa Excelência pelo assunto que está abordando nesta tarde, e Vossa Excelência está coberto de razão! Estou acompanhando atentamente o seu pronunciamento.

O que está acontecendo em Brasília, nesses últimos tempos, principalmente no Congresso Nacional, nos deixa extremamente preocupados. Passou - como Vossa Excelência acompanhou - o FEF, do jeito que o Governo quis. Do jeito que o Governo quis, assim passou o Fundo de Estabilização Fiscal. Agora está aí a Lei Eleitoral que está e que vai ser aprovada de acordo com os interesses do Governo, não há nenhum resquício que haja mudança na Lei Eleitoral, a não ser aquelas que con-

templem o interesse específico dos Executivos.

E Vossa Excelência aborda, agora, um assunto que a televisão trouxe ontem e hoje pela manhã, está abordando a cada instante, que é exatamente o problema da saúde da população brasileira, com o atendimento através da iniciativa privada, dos seus planos de saúde. Não quero crer, mas estou quase crendo que esses planos, Deputado Joel Coimbra, a continuar do jeito que se encontram, se os Deputados Federais não tomarem uma posição firme, ficarem tão exclusivamente e somente das empresas, daqueles que vão financiar a saúde, esquecendo-se da massa da população brasileira, vamos ter com a previdência privada, com a saúde, feita através do atendimento privado. É claro que vai ser o mesmo que o INPS tinha antigamente, aquele atendimento de 5, 6 anos atrás, o que talvez pior do que o SUS que temos hoje, porque o SUS, pelo menos, não se paga nada, e quando você tem o seu carnezinho que paga a sua saúde, você pensa que tem, que está amparado, está seguro, você e sua família. Quando chega a hora de fazer esse ou aquele exame, daí o médico que não é credenciado, a clínica que não é credenciada, o reembolso sai pela metade, e uma série de outros problemas e dificuldades que os usuários, que as pessoas que utilizam, que são evidentemente associados, não levam benefício nenhum.

Parabéns a Vossa Excelência pelo assunto, é importante que mande para o Ministro, mas que mande Vossa Excelência também - com o apoio desta Casa - a todos os Deputados Federais do Estado do Paraná, que, por favor, fiquem atentos com mais este pacote que está aí e que, com certeza absoluta, vai prejudicar mais ainda a população brasileira.

O SR. JOEL COIMBRA - Muito obrigado, Deputado Toti Colaço.

Com o aparte o nobre Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB - Deputado Joel Coimbra, quero inicialmente parabenizar Vossa Excelência por ter tocado neste assunto, que é um assunto extremamente delicado. E quero, ao mesmo tempo, dizer ao senhor que apresentei um projeto nesta Casa no final

de abril, começo de maio, que é exatamente para acabar com aquilo que os planos de saúde chamam de "carência", porque a doença não escolhe o cidadão, ou seja, o cidadão não escolhe a doença, o cidadão que paga o plano de saúde não pode escolher a doença a que ele será acometido, ele não pode falar: "Olha, o meu plano de saúde só cobre uma cirurgia de ortopedia, mas não cobre uma prótese"! Ele não pode escolher e, baseado nisso, apresentamos um projeto nesta Casa no final de abril, começo de maio, exatamente pedindo para que esta Casa regulamentasse a questão dos planos privados de saúde, ou seja, que pudéssemos dar acesso a todas aquelas pessoas que pagam caro para ter o plano de saúde e muitas vezes são lesadas, enganadas; pagam realmente uma fortuna e na hora de serem atendidas não são.

Então, esta questão da carência que falamos aqui e inclusive o Deputado Eduardo Trevisan também apresentou projeto idêntico, projeto este que é uma cópia - e não tenho vergonha de dizer - de um Deputado do PT de São Paulo, que apresentou e foi aprovado pela Assembléia Legislativa de São Paulo.

Agora, os planos de saúde estão com um novo golpe na praça: estão agora com um plano de saúde que seria o "Master" - ontem, inclusive, recebi na minha casa um jornal da UNIMED, exatamente falando sobre isso: que a UNIMED agora tem um plano que vai cobrir qualquer tipo de cirurgia, próteses e outras cirurgias - porém, o cidadão para ter acesso a este plano sem pagar mais por ele, terá que ter dez anos de UNIMED, pagando sem interrupção!

Então, veja bem, estou aqui pensando o seguinte: a cada momento temos uma nova modalidade de plano de saúde. Ora um plano que cobre tudo, ora um plano que cobre parcialmente, ou então... Temos aqui um caso de um funcionário da Casa que me procurou, que quando fez 51 anos, o plano dele subiu 120%! Então, há na verdade, um descaso tremendo. Concorro com o senhor, acho que nós aqui desta Assembléia, como Parlamento, como aquilo que ouve a população, que grita pela população, temos que fazer um documento, fazer chegar às mãos das autoridades, do Governo Federal, para que tenhamos uma regulamentação dos planos de saúde,

algo que seja justo para aquela pessoa que paga, porque sabemos que 90% das pessoas que vão ao plano de saúde, são pessoas que querem ter o melhor para si. O restante é o seguro em grupo, ou seja, as empresas que pagam. Mas, esta grande parcela, os 90%, se socorrem ao plano de saúde porque não acreditam no SUS, e o Deputado Toti Colaço foi muito claro em dizer que o SUS muitas vezes atende muito melhor do que o plano de saúde! Quando, muitas vezes, o SUS paga e eles ainda recebem do plano de saúde! Há a cobrança dobrada em alguns casos, e isto é comprovado!

Então, Deputado, parabéns por ter levantado este assunto na tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. JOEL COIMBRA - Muito obrigado pelo apoio, e é importante ressaltar que é nosso dever dar à população um modelo melhor do que aquele já existente. Se for para substituir o sistema público para implantar um sistema que represente apenas a proteção da iniciativa privada e não proteger a população, então é melhor deixar como está porque aí cada um vai resolver à sua maneira, especialmente porque temos hoje uma legislação, que é o Código de Defesa do Consumidor, que é uma esperança da nossa população.

Aproveitando a sugestão do Deputado Toti Colaço, gostaria de pedir à Mesa, que fossem mandadas cópias do nosso pedido a todos os Deputados que integram a Bancada do Paraná na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Com a palavra o PL.

(Declina).

PSDB com a palavra.

(Declina).

PFL com a palavra.

(Declina).

Liderança do Governo.

(Declina).

Encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de sessões extraordinárias, logo após a presente sessão ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do art. 6º, da Lei nº 11.714, de 07 de maio de 1997. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Betânia de Desenvolvimento Assistencial Educacional e Cultural - ABEDAEC, com sede e foro na Cidade de Sengés, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Mandiocaba, no Distrito de Mandiocaba, Município de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Públi-

ca a Estância Lar Irmã Antonieta Farani, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/97, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Rolândia - ADEFIR, do Município de Rolândia, no Estado do Paraná, com sede e foro na Cidade de Rolândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 106, de 25.06.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 306/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Deficientes Físicos de Rolândia - ADEFIR, do Município de Rolândia, no Estado do Paraná, com sede e foro na Cidade de Rolândia.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Antonio Oliveira Santos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 114, de 05.08.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 333/97

P A R E C E R:

O projeto em pauta, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, pretende em sua investida, conceder título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ANTONIO OLIVEIRA SANTOS. Trata-se de uma homenagem justa e que

conta com o apoio do conjunto da sociedade paranaense por ser o empresário Antonio Oliveira Santos uma referência de trabalho, honestidade e eficiência no nosso Estado, tendo prestado relevantes serviços à comunidade, tendo exercido a função de Mestre na Universidade Federal de Vitória, Espírito Santo, de onde é natural.

Além de tantas outras atividades registradas no seu extenso currículo, o Senhor Antonio Oliveira Santos também empresta sua colaboração como Presidente da CNC, do SESC e do SENAC, entidades que tem regionais aqui no Paraná, as quais sempre dedicou as maiores atenções, atendendo milhares de trabalhadores paranaenses.

Por estas razões, somos pelo parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 19.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Esperança - CRE, com sede e foro no Município de Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 114, de 05.08.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 336/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, visa declarar de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Esperança - CRE, com sede e foro no Município de Pinhais.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Públi-

ca a Associação Reviver Down, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 116, de 06.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 344/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública a Associação Reviver Down, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/97, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Henrique Naigeboren. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 116, de 06.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 350/97

P A R E C E R :

AUTORIA: Deputado Eduardo Trevisan

SÚMULA: Concede o título de Cidadão Honorário do Paraná a Henrique Naigeboren

O projeto de lei em tela, encontra respaldo na Lei nº 5.638, de 13.09.67, que dispõe sobre as condições especiais para concessão de Título de Cidadania Honorária, as quais sejam: I - desempenho com denodo de função pública; II - contribuição científica, cultural, artística ou literária; III - ação em favor de obras de relevante valor social; e IV - participação ativa na defesa dos postulados democráticos e instituições brasileiras.

Na justificativa do projeto de lei em tela, podemos encontrar todas

Curitiba, quarta, em 27.08.97

as condições para esta justa homenagem.

Nos aspectos que compete a esta Comissão, esta relatoria não vê nenhum óbice para o normal prosseguimento do projeto, até deliberação final pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, o parecer favorável.

É o relatório e o parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 355/97, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos dos Bairros Jardim Lancaster e Jardim Duarte, com sede no Município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 117, de 07.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 355/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos dos Bairros Jardim Lancaster e Jardim Duarte, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

O SR. PRESIDENTE (Weivo Beraldin) -

Sobre a mesa, Requerimento nº 1978, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1980, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1981, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia,

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1983 e 1984, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1962, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento do Deputado Ângelo Vanhoni, que requer Pedido de Informações ao Senhor Miguel Salomão...

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**) - Gostaria, se fosse possível, adiarmos a votação. Não está presente aqui o Deputado Ângelo Vanhoni, e temos um acordo de aprovarmos esse Requerimento, mas tem algumas questões a serem discutidas no seu teor.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**) - Transfiro para a data de amanhã...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**) - Senhor Presidente, antes que Vossa Excelência transfira: o Deputado Ângelo Vanhoni - que se dirigiu até a Cidade do Rio de Janeiro - pediu-me que encaminhasse, Deputado Valdir Rossoni, o seu Requerimento, e ele gostaria sim, de ver votado o seu Requerimento, tanto que estou aqui com cópia do Requerimento, e tenho inteiro conhecimento da matéria que está sendo tratada, que aliás, abordei há pouco na tribuna desta Casa.

O tema é extremamente complexo, porque não envolve só a questão do Banco do Estado do Paraná. Por isso que é um ofício dirigido ao Senhor Miguel Salomão, a autoridade do Governo do Estado que está negociando em Brasília essa renegociação das dívidas do Governo do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI - Questão de Ordem, Senhor Presidente!

(**Assentimento**).

Inclusive, esta informação para que o Requerimento fosse formulado em nome do Secretário Miguel Salomão, foi feito pela minha pessoa. Mas não estou concordando com alguns posicionamentos deste Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**) - A Mesa colocará este Requerimento em votação na sessão de amanhã.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Questão de Ordem, Senhor Presidente!

(**Assentimento**).

Conversarei com o Deputado Valdir Rossoni para ver qual é o termo que ele quer que seja reformulado.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 318/96, 216 e 319/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 337 e 336/97.

Marca ainda uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 28, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 262, 274 e 300/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 306, 333, 336, 337, 344, 350, 355 e 366/97.

Levanta-se a sessão.